

## Clipping 04/03/2008

Brasil vive "caos legislativo", diz Gilmar Mendes .....	1
OAB/RS e TJRS buscam soluções conjuntas .....	2
Justiça revelada .....	2
OAB gaúcha protesta contra honorários irrisórios.....	3
Inauguração da Escola dos Servidores do Judiciário será hoje.....	4
Decisão de processo administrativo não vincula julgamento do Judiciário sobre a mesma questão ..	5
Brasil vive 'quadro de caos legislativo', diz presidente eleito do STF .....	6
Greve dos Trabalhadores dos Correios .....	6
Rosane de Oliveira - Gelo na greve dos Correios .....	6
Denise Nunes .....	7
Assembléia decide hoje fim de greve nos Correios .....	7
CORREIOS.....	7
Greve nos Correios acaba em oito regiões.....	7
Greve pode atrasar malha fina do IR .....	8
A avaliação do ensino gaúcho pelo Enem .....	8
Oposição recorre ao STF por maior controle de sindicatos .....	9
Policiais gaúchos ganham Bolsa-Formação.....	10
Estado obtém boas notas no Enem.....	11
Capital gaúcha é 2ª mais cara do país .....	11
Simers: hospitais devem informar .....	12
Sindicalismo estatal.....	12
Alunos da UnB invadem gabinete e pedem saída de reitor .....	13
Desmame na Amazônia permanece em alta .....	14
Fiscalização dos sindicatos seria retrocesso à ditadura, diz Marinho .....	15
PARA ARCEBISPO, TCU DEVE FISCALIZAR CENTRAIS SINDICAIS .....	15
Indústrias têm o melhor começo de ano desde 2003 .....	15
Greve de auditores leva a férias no AM e filas no PR .....	16
Pobres e ricos divergem sobre políticas ideais de combate ao crime. Especialistas apontam soluções .....	17
Bancos se dão bem no socialismo de Chávez.....	21
Secretário de Relações do Trabalho do MTE reúne-se hoje com sindicalistas em Porto Alegre .....	23
Servidores do Estado criam nova frente em defesa da previdência pública .....	23
Tecnologia: Estão abertas inscrições para o Simpósio Internacional sobre Nanotecnologias.....	24
Cedecondh vai solicitar cercamento de Quilombo .....	24

### Brasil vive "caos legislativo", diz Gilmar Mendes

MARIA CLARA CABRAL  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O futuro presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Gilmar Mendes, afirmou que o país vive em um "quadro de caos legislativo" e que isso contribui para "entulhar" o Judiciário de processos. Segundo ele, há no Brasil um "emaranhado de leis a ponto de ninguém saber o que está em vigência".

Em palestra na Câmara, Mendes também criticou o grande número de medidas provisórias editadas pelo Executivo, inclusive as específicas de crédito extraordinário. O ministro defendeu que o Congresso delibere rapidamente sobre a questão do rito das MPs, até como forma de ajudar o Judiciário.

"Acho que o Brasil não pode dispensar as MPs, pois vivemos constantemente quadros difíceis. É

claro que o país precisa, agora precisamos nessa dimensão? Esse quadro de caos deságua no Judiciário", afirmou.

Na próxima semana, a comissão especial que trata de MPs na Câmara deve votar a proposta do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), que sugere o fim do trancamento de pautas por MPs e também prazo maior de vigência de 175 dias. FOLHA DE SP

## OAB/RS e TJRS buscam soluções conjuntas

A busca de uma aproximação ainda maior entre as instituições e também de soluções conjuntas que resultem em benefícios para o Judiciário, para os advogados e para a sociedade. Estes foram os principais assuntos discutidos durante a visita que o presidente do Tribunal de Justiça/RS, desembargador Arminio José Abreu Lima da Rosa, fez ao presidente da OAB/RS, Claudio Lamachia, na tarde desta quinta-feira (3). Reunidos na sala da presidência da Ordem gaúcha, os dirigentes, acompanhados de membros de suas diretorias, concordaram que há pontos em que é necessária uma maior eficiência, como o da prestação de serviços nos foros. "O Foro Central de Porto Alegre, por exemplo, visivelmente precisa de mais espaço e de funcionários", apontou Lamachia.

O presidente do TJRS destacou que a eficiência no atendimento é uma das prioridades da sua gestão, iniciada em fevereiro último. "Faremos o melhor possível para aprimorar os serviços", disse Arminio José Abreu Lima da Rosa. O desembargador estava acompanhado do 2º e do 3º vice-presidentes do tribunal, desembargadores Jorge Luís Dall'Agnol e Luiz Ari Azambuja Ramos, do corregedor-geral da Justiça, desembargador Luiz Felipe Brasil Santos, e do presidente do Conselho de Relações Institucionais e de Comunicação Social, desembargador Voltaire de Lima Moraes, além de desembargadores oriundos do 5º Constitucional. Com Claudio Lamachia estavam a secretária-geral da OAB/RS, Sulamita Santos Cabral, a secretária-geral adjunta, Maria Helena Camargo Dornelles, e o diretor-tesoureiro, Luiz Henrique Cabanellos Schuh, juntamente com membros do Conselho Seccional da OAB gaúcha. NEWSLETTER FELIPE VIEIRA

## Justiça revelada

Lançamento do Anuário 2008 reúne cúpula do Judiciário

Ao retratar a cúpula do Judiciário brasileiro e resenhar as 333 principais decisões de 2007, o **Anuário da Justiça 2008** ajuda a tornar a Justiça mais transparente e se incorpora definitivamente ao cenário jurídico nacional. Essa é a opinião da maior parte dos ministros, juízes e advogados presentes ao lançamento da terceira edição da publicação, nesta quarta-feira (2/4), em Brasília — veja aqui a **galeria de fotos** do lançamento e a **reportagem da TV Justiça** sobre o Anuário.

Cerca de 300 pessoas compareceram ao evento, no mezanino do Superior Tribunal de Justiça. O Anuário da Justiça 2008 conta com o apoio da Fundação Armando Álvares Penteado, a Faap, e seu lançamento foi prestigiado por nove dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal — Carlos Britto, Cármen Lúcia, Celso de Mello, Cezar Peluso, Eros Grau, Gilmar Mendes, Marco Aurélio, Menezes Direito e Ricardo Lewandowski.

Para o ministro aposentado Sepúlveda Pertence, trata-se da "mais bela e mais bem elaborada obra do Direito". O decano do Supremo, Celso de Mello, disse que o Anuário "mostra a cara da Justiça". Em seu discurso de apresentação, Américo Fialdini Júnior, diretor-tesoureiro da Faap, afirmou que a publicação é resultado do papel social das universidades, "que não podem se esquivar de suas obrigações".

Também compareceram ao lançamento ministros do Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal Militar, além de advogados e outras personalidades do mundo jurídico. "O STM, ignorado por muitos juízes, passa a ser incluído da comunidade jurídica com o Anuário", disse Sérgio Conforto, ministro do STM e general do Exército.

Estiveram no lançamento, ainda, os advogados Arnaldo Malheiros Filho, Alberto Zacharias Toron, Antonio Corrêa Meyer, Luiz de Camargo Aranha Neto, Carlos José Santos da Silva, Cristiano

Zanin Martins, Décio Freire, Eduardo Manera, José Carlos Dias, Luís Roberto Barroso, Manuel Alceu Affonso Ferreira, Antonio Carlos de Almeida Castro, Marcio Kayatt, Pedro Gordilho, Waleska Teixeira, entre outros.

No discurso de abertura, o presidente do STJ, ministro Barros Monteiro, ressaltou a seriedade do trabalho feito pela equipe do ConJur. "Que esta publicação continue sempre preocupada em mostrar a todos os brasileiros que os magistrados, como seres humanos, empenham-se na busca de uma Justiça sempre ágil e, sobretudo, acessível."

Em sua manifestação, o presidente do Conselho Federal da OAB nacional, Cezar Britto, destacou que a maior virtude do Anuário é a proximidade que pode proporcionar com o cidadão. Ele lembrou que essa aproximação está sendo feita pela iniciativa privada CONSULTOR JURÍDICO

## OAB gaúcha protesta contra honorários irrisórios

O presidente da OAB-RS, Claudio Lamachia, reagiu com forte indignação à fixação de honorários de R\$ 93,48 a título de sucumbência a serem pagos a um advogado que venceu uma ação que movia contra o Ibama. "É um tratamento aviltante e indigno, que simplesmente desmerece todo um esforço profissional realizado ao longo de anos de trabalho", afirmou Lamachia. Segundo ele, os juízes precisam se conscientizar de que eles, magistrados, têm sua remuneração mensal assegurada pelo Estado, enquanto que os advogados dependem dos honorários para poder manter seus escritórios e suas famílias.

Inconformado com situação criada pela juíza Clarides Rahmeier, substituta da Vara Federal Ambiental de Porto Alegre, para com o trabalho do advogado porto-alegrense Fernando Schiafino Souto em ação que já dura dois anos, Claudio Lamachia disse que irá manifestar formalmente à magistrada sua "completa inconformidade" diante do caso. "É preciso deixar bem claro para todos os operadores do Direito que a fixação de honorários aviltantes enfraquece a advocacia, corrói a cidadania e coloca em risco o próprio funcionamento do Judiciário, na medida em que o advogado é agente indispensável à administração da Justiça, conforme dispõe a Constituição", destaca o dirigente.

Remuneração deve ser justa

Claudio Lamachia observa que recentes decisões de um desembargador do Tribunal de Justiça/RS - oriundo do 5º Constitucional - apontaram o caráter alimentar e não-compensável dos honorários advocatícios. "Infelizmente, alguns magistrados parecem ignorar essa realidade na hora de fixar a remuneração dos advogados, frustrando e aviltando completamente as expectativas de quem muito se empenhou na defesa de uma causa", lamenta o presidente da OAB gaúcha. Ele lembra, ainda, que está em andamento uma campanha da Seccional pela busca de honorários mais dignos, "que respeitem e que sejam mais justos para com o exercício profissional".

O dirigente da OAB/RS revela que não são raras as situações em que os advogados, por diferentes motivos - a morosidade da Justiça entre eles - "acabam pagando para trabalhar".

"Temos recebido algumas manifestações de insatisfação de colegas de todo o Estado diante da fixação de honorários irrisórios, que não levam em conta os custos mínimos para se levar uma causa adiante, a qual, inclusive, pode demorar anos até ser julgada", aponta Lamachia. Conforme o site Espaço Vital, que publicou o caso do advogado porto-alegrense e a fixação de R\$ 93,48 como honorários, a ação - ainda esta sujeita a recurso no TRF-4.

Projetos para reformar o CPC

Em entrevista ao Expresso da Notícia, Lamachia informou que já encaminhou ofício à juíza manifestando a preocupação com o aviltamento dos honorários dos advogados. "É preciso lembrar que, assim como o magistrado recebe seus vencimentos do erário, os advogados dependem dos honorários para a sua subsistência", destacou. "A fixação de honorários nestes patamares irrisórios demonstra insensibilidade por parte do Judiciário".

Lamachia explica que existem propostas de alteração do Código de Processo Civil destinadas a assegurar uma situação mais equilibrada aos advogados. A seu ver, o projeto de lei que prevê a reforma do § 4º do artigo 20 do CPC ainda não caminhou como deveria no Congresso. Ele destacou

a importância de outro projeto, que altera o artigo 21 do CPC, que trata dos honorários não compensáveis, apoiado pela OAB gaúcha.

#### Conservadorismo

Apesar de o advogado ser agente indispensável à administração da Justiça, a tradicional morosidade do Judiciário brasileiro, associada a decisões que fixam honorários de fome e indignos, fazem com que o profissional pague para trabalhar em muitos processos.

Para alguns especialistas, a crescente desvalorização do trabalho dos advogados por parte de setores do Judiciário brasileiro decorre do conservadorismo que caracteriza a Justiça brasileira. A situação se torna ainda mais grave diante das crescentes reformas processuais que transferem ao advogado o ônus de extração de cópias e tarefas burocráticas que acarretam mais custos.

Assim, ao mesmo tempo em que vê seus honorários reduzirem-se drasticamente em razão de decisões como esta, os advogados - sobretudo aqueles que se dedicam ao atendimento das parcelas mais pobres da população - passam a arcar com crescentes custos. Outra queixa recorrente dos advogados são os crescentes "obstáculos" criados artificialmente ao exercício da advocacia.

Horários de funcionamento de fóruns que se reduzem, deficiências de atendimento por falta de funcionários, e constantes ofensas às prerrogativas profissionais compõem um quadro sinistro para o exercício da advocacia.

Há quem aponte um preconceito de "classe" quase invisível nos fenômenos que contribuem para a constante desvalorização da advocacia. Com a advocacia enfraquecida, argumentam alguns processualistas, a garantia constitucional de amplo acesso ao Poder Judiciário vai sendo limitada e "represada". Demandas sociais deixariam de chegar à Justiça - evitando "onerar" a pesada estrutura judiciária brasileira, que ficaria "mais livre" para analisar as causas de interesse das classes dominantes - grandes grupos econômicos e o Poder Público, os clientes "de peso" do Judiciário, responsáveis pelos maiores contingentes de processos e ações repetitivas que congestionam várias instâncias.

#### Dificuldades no contencioso

Em 2004, a mais longa greve do Judiciário paulista revelou alguns problemas inusitados. Em vários fóruns, os funcionários que desejavam trabalhar em computadores só tinham um caminho a seguir: adquirir o próprio equipamento, com recursos próprios. Ao longo dos 91 dias de paralisação, era possível ver funcionários, em protesto, retirando seus microcomputadores.

Dados da OAB paulista, revelados na época, indicaram que o maior prejuízo pela morosidade recaía, sem dúvida, nos escritórios pequenos, principalmente aqueles que se dedicam apenas ao contencioso e dependiam da fluência dos processos para receber honorários. Dos 6.618 escritórios de advocacia em São Paulo, 6.426 eram considerados pequenos naquela época, com até cinco sócios.

Talvez por causa dessas constantes dificuldades, em São Paulo já há a proposta de criação de uma ONG - Organização Não Governamental - destinada a "incentivar" a advocacia privada. A necessidade do incentivo, justificam alguns advogados, seria decorrente do julgam excessiva valorização das carreiras públicas. Para a maioria dos egressos das principais faculdades de Direito, a opção da advocacia privada tenderia a se esvaziar cada vez mais por causa da desvalorização da atuação do advogado. <http://www.expressodanoticia.com.br>

## Inauguração da Escola dos Servidores do Judiciário será hoje

Nesta quinta-feira, logo mais às 17h, o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador Paulo Inácio Dias Lessa, vai inaugurar a Escola dos Servidores do Poder Judiciário, destinada à promoção de uma política de educação continuada a todos que integram o quadro da Justiça Estadual. A cerimônia será realizada na sede da Escola, localizada no Centro Político Administrativo, atrás da Praça das Bandeiras.

Segundo o desembargador, a Escola tem como meta melhorar o nível e a qualidade dos serviços públicos ofertados à população mato-grossense, permitindo que os dois grandes objetivos da gestão

sejam alcançados. São eles: elevar a qualidade da prestação jurisdicional e também o nível de satisfação da sociedade em relação à prestação jurisdicional.

"A Escola dos Servidores representa uma conquista histórica para todos os servidores do Poder Judiciário Estadual, já que será um instrumento de mudança de conceitos e atitudes, visando melhoria contínua dos serviços prestados. Queremos integrar, formar, aperfeiçoar e capacitar cada vez mais os servidores", afirmou o presidente do TJMT.

Por meio do novo espaço será possível sistematizar treinamentos de integração, formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento dos servidores. Apesar de ter sede fixa em Cuiabá, a Escola vai atender aos servidores de Cuiabá e também de todas as comarcas distribuídas pelo interior do Estado. Isso será possível com a implantação do projeto de Educação à Distância (EAD).

Além de valorizar o servidor, a atual administração busca promover uma política de capacitação e desenvolvimento dos servidores de forma contínua, diretamente relacionada ao planejamento estratégico da instituição. <http://www.gazetadigital.com.br>

## Decisão de processo administrativo não vincula julgamento do Judiciário sobre a mesma questão

O Poder Judiciário não está vinculado às decisões tomadas pelos órgãos da Administração Pública. O entendimento é da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os ministros negaram recurso a um tenente do Corpo de Bombeiros acusado de suposta prática do crime de corrupção passiva. Assim, terá continuidade a ação penal movida contra o tenente, apesar de ele ter sido absolvido no processo administrativo instaurado pela Corporação Militar. A decisão da Turma foi unânime.

Segundo a ministra Laurita Vaz, relatora do recurso, “a teor do princípio da independência de instâncias, a absolvição do acusado (tenente) no procedimento administrativo instaurado no âmbito da Corporação Militar a que pertence não constitui razão suficiente para obstar o seguimento da ação penal, pois o Poder Judiciário não está vinculado às decisões tomadas pelos órgãos da Administração Pública”.

A defesa do tenente recorreu ao STJ após ter seu pedido de habeas-corpus rejeitado pelo Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais (TJM/MG), que manteve a ação penal contra ele. Ele foi denunciado por suposta prática do crime previsto no artigo 308 do Código Penal Militar – corrupção passiva. Segundo a denúncia, ele teria recebido R\$ 500,00 em compras de carne e carvão para a corporação. O Comando Militar teria cobrado dos organizadores de uma festa valor menor do que o previsto como taxa de segurança pública para a realização do evento. De acordo com o processo, o militar apresentou nota fiscal e comprovante da doação dos valores para a corporação. No STJ, a defesa do militar reiterou o pedido de trancamento da ação penal. O advogado alegou inépcia da denúncia (não atende às exigências legais), pois, segundo ele, a peça processual não descreve o fato criminoso e suas circunstâncias. Também afirmou inexistir justa causa para a ação penal, pois o tenente não recebeu vantagem indevida, como alega a denúncia. A defesa ressaltou, ainda, não ter havido dolo (intenção de praticar) do tenente ao receber os valores destinados à corporação e destacou a absolvição dele no processo administrativo disciplinar realizado pelo Comando Geral do Corpo de Bombeiros.

Para a ministra Laurita Vaz, a denúncia não é inepta, pois “atende perfeitamente às exigências do artigo 77 do Código de Processo Penal Militar, permitindo ao paciente ter clara ciência da conduta ilícita que lhe é imputada, garantindo-lhe o livre exercício do contraditório e da ampla defesa. Não há falar, assim, em inépcia da peça acusatória”.

A alegação de falta de justa causa também foi rejeitada pela relatora. “Os fatos narrados na denúncia levam a crer que, possivelmente, a cobrança a menor da Taxa de Segurança Pública fora realizada para que o promotor do evento pagasse determinada quantia em dinheiro para subsidiar um churrasco na Corporação. Aí é que reside a circunstância de ser ‘indevida’ a vantagem auferida, ainda que não tenha sido em proveito próprio, como afirma o recorrente”.

Segundo a relatora, “pouco importa o fato de, posteriormente, ter sido cobrado o restante do valor

da Taxa de Segurança Pública, ou de ter-se formalizado, por meio de termo de doação, o recebimento da vantagem. Com efeito, o crime de corrupção passiva é formal, consumando-se no instante em que o funcionário recebe a vantagem ou aceita a promessa de sua entrega”.

Em seu voto, a ministra Laurita Vaz rejeitou, ainda, a alegação de ausência de dolo por parte do acusado. “A aferição do dolo, por demandar ampla dilação probatória, não está salvaguardada no estreito âmbito de atuação do habeas-corpus”, pois exige análise de provas, o que não é permitido nesse tipo de processo. <http://www.ambito-juridico.com.br>

## Brasil vive ‘quadro de caos legislativo’, diz presidente eleito do STF

Gilmar Mendes disse que ‘emaranhado de leis’ ajuda a entulhar o Judiciário de processos. Ele voltou a criticar o excesso de medidas provisórias.

MIRELLA D'ELIA Do G1, em Brasília **entre em contato**

O presidente eleito do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, disse nesta quinta-feira (3) que há um “quadro de caos legislativo” no Brasil que contribui para entulhar o Poder Judiciário de processos. Ele afirmou que há um “emaranhado de leis” no país, o que leva “a uma verdadeira Babel”.

“Vamos fazendo leis extravagantes e chega uma hora que nos deparamos com uma verdadeira Babel. Esse quadro de caos legislativo é revelador de um estágio de subdesenvolvimento”, disse, em seminário sobre a consolidação da legislação trabalhista, na Câmara dos Deputados.

“O Judiciário está entulhado de processos. Uma parte desse excesso remonta à legislação caótica e contraditória”, complementou, em seu discurso. “Esse quadro de caos legislativo deságua no Judiciário e contribui para o amontoado de processos”, confirmou, ao conversar logo em seguida com jornalistas.

MPs

Durante o seminário, Gilmar Mendes também voltou a defender a redução no número de medidas provisórias (MPs) – que, para ele, contribui para o que chamou de “caos legislativo”. “[O excesso de] medidas provisórias contribui para a insegurança jurídica. Produzimos um emaranhado de leis a ponto de ninguém saber qual é o número de leis vigentes”, declarou.

Para o ministro, o Brasil “não pode dispensar” as medidas provisórias em momentos de crise. Ele lembrou, por outro lado, que o “número excessivo” de MPs leva a um trancamento contínuo da pauta do Congresso Nacional.

“Quem hoje se ocupa de MPs e trancamento de pauta não pode ficar falando sobre qualidade da lei”, afirmou, em sua fala.

“Temos um número excessivo de MPs, o que leva a um trancamento contínuo da pauta do Congresso. Se reduzirmos esse número de MPs podemos evitar esse fenômeno. Isso tem que ser discutido no quadro político e está sendo discutido de forma competente no Congresso”, ponderou, durante entrevista à imprensa. <http://g1.globo.com/Noticias>

## Greve dos Trabalhadores dos Correios

### **Rosane de Oliveira - Gelo na greve dos Correios**

Antes que os carteiros em greve começassem a vaiar seu discurso, o presidente Lula anunciou em Porto Alegre que o governo vai cumprir o acordo assinado no ano passado no Palácio do Planalto. Disse que só agora ficou sabendo que a direção dos Correios não tinha cumprido o acordo e que esse é um dos motivos da greve:

- Se um acordo assinado pelo presidente da República não tem valor, então nada tem valor. ZH

## **Denise Nunes**

Dois trechos da fala de ontem do presidente Lula foram recados. O primeiro aos lobistas florestais e à empresa Stora Enso, que pressionaram pela mudança na legislação sobre fronteiras. Sem contestar a necessidade de alterar a lei, o presidente ressaltou que a medida não pode ter como único alvo o interesse de uma empresa, mas o desenvolvimento de forma geral. Quis dizer que a proposta de emenda constitucional (PEC) que tramita no Congresso se deve à constatação de que as regras deveriam ser revistas. A constatação é verdadeira, mas não muda os fatos: a PEC foi, sim, fruto da pressão exercida pela empresa e por seus porta-vozes. Caso contrário, teria sido proposta antes. Outro recado foi para a diretoria dos Correios. Lula lembrou que um acordo sobre salários e carreira feito em seu gabinete, no ano passado, foi descumprido pela empresa, o que representa um mau sinal: se não vale o que é acertado no gabinete presidencial, o que valerá? Presente, o deputado federal Beto Albuquerque queria mais: 'O anúncio de demissão da diretoria seria mais produtivo'.  
CORREIO DO POVO

## **Assembléia decide hoje fim de greve nos Correios**

Os trabalhadores dos Correios fazem assembléia hoje à tarde com tendência a suspender a greve. Isso porque ontem, no lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Capital, o presidente prometeu cumprir o acordo assinado em Brasília, garantindo o adicional de risco aos carteiros.

- Se um acordo assinado por mim dentro do meu gabinete não tem valor, eu não sei mais o que tem valor nesse país - discursou o presidente, arrancando aplausos das dezenas de servidores que foram ouvi-lo na Praça Oliveira Rolim, no bairro Sarandi.

Lula dedicou minutos de sua fala para acalmar os manifestantes, explicando que havia tomado conhecimento da situação e que já estava tratando do problema pessoalmente.

O benefício, equivalente a 30% dos salários, foi definido em uma lei que acabou vetada por Lula. O presidente justificou a decisão afirmando que era preciso alterar o texto para não dar margem a outras categorias exigir o mesmo. Foi acordado que, enquanto se fazia a mudança na lei, o adicional seria pago temporariamente por três meses. Isso ocorreu até março, quando os Correios suspenderam o pagamento sem garantir a continuidade do benefício.

A declaração do presidente deve ser decisiva hoje, às 14h, quando os trabalhadores em greve desde de terça-feira farão assembléia na Igreja Pompéia, na Capital. Os Correios já haviam oferecido a prorrogação por 90 dias do pagamento do abono. Até o final da tarde de ontem, sete Estados haviam encerrado a greve.

O sindicato calcula que o Estado despacha, diariamente, cerca de 2,5 milhões de correspondências. Até ontem, seguiam suspensos os serviços de hora marcada Sedex 10, Sedex Hoje e Disque Coleta.  
ZERO HORA

## **CORREIOS**

Após a cerimônia oficial em Porto Alegre, um grupo de trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) conversou com o presidente Lula e o senador Paulo Paim (PT-RS). No palanque, Lula prometeu que o acordo firmado no ano passado para incorporar 30% dos salários será cumprido pelo governo federal. Hoje, a categoria estadual realiza assembléia geral em Porto Alegre para avaliar a possibilidade de encerrar a greve.  
CORREIO DO POVO

## **Greve nos Correios acaba em oito regiões**

Com 49% dos servidores paralisados no país por três dias, Correios têm 38 milhões de encomendas retidas

MARINA GAZZONI

## COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Após três dias de paralisação, oito sindicatos de funcionários dos Correios dentre os 24 que interromperam suas atividades encerraram a greve. Outros seis rejeitaram a proposta do governo de estender o abono emergencial de 30% do salário por mais 90 dias. Até ontem, os Correios calculam que 49% de adesão à greve no país.

Segundo os Correios, 38 milhões de cartas estão retidas. Como a empresa entrega 34 milhões de objetos por dia, será preciso no mínimo um dia e três horas para normalizar a distribuição. Os serviços de Sedex 10, Sedex Hoje e Disk Coleta continuarão suspensos.

Após rejeitar a proposta na terça-feira, o sindicato da categoria em São Paulo decidiu retornar ao trabalho na noite de ontem. A Fentect (Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares) recomendou que os sindicatos aceitassem o acordo com o governo.

Ontem o presidente Lula disse que o governo cumprirá o acordo fechado com a categoria. "Se o acordo firmado na sala da Presidência da República não tiver valor, nada mais tem valor neste país."

A greve também acabou no Rio de Janeiro, em Brasília, no Amazonas, no Maranhão, em Santos, em Bauru e no Vale do Paraíba. Os Correios determinaram que os funcionários que faltarem ao trabalho a partir de hoje terão os dias descontados. FOLHA DE SP

## Greve pode atrasar malha fina do IR

Paralisação de auditores não afeta a entrega do Imposto de Renda

A paralisação dos auditores da Receita Federal, de braços cruzados desde o dia 18 do mês passado, pode atrasar a análise de declarações retidas em anos anteriores e a liberação de lotes de restituição da malha fina.

Essa constatação do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), no entanto, não encontra respaldo na Receita Federal. O órgão nega que a paralisação cause atrasos, uma vez que não apenas auditores participam do processo de análise.

Tanto Unafisco quanto Receita ressaltam, porém, que a greve não atrapalha o recebimento das declaração do IR 2008, feita eletronicamente pela página do órgão. Até o dia 31 de março, quando o último balanço foi divulgado, 5,2 milhões de declarações haviam sido entregues.

O Unafisco informa que apesar da alta adesão à greve, o sindicato segue a determinação de manter ativo um quadro de 30% dos funcionários nas unidades da Receita. Os auditores reivindicam 42% de reajuste salarial, equiparando os ganhos aos de delegados da Polícia Federal, que recebem R\$ 18 mil - os auditores ganham, em média, R\$ 13,3 mil.

- A adesão à greve varia nas diversas unidades, mas onde é superior a 70% estamos providenciando o atendimento com o mínimo de 30% - garante Gelson Myskovsky, primeiro vice-presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco).

Nos plantões fiscais da Receita o atendimento de contribuintes por apenas 30% do quadro de auditores está provocando demora. ZERO HORA

## A avaliação do ensino gaúcho pelo Enem

Os dados do Exame Nacional do Ensino Médio de 2007 apontam Porto Alegre como a segunda melhor capital do país na média geral e traçam perfil da educação em todo o Estado

Porto Alegre alcançou a segunda maior nota média entre as 27 capitais do país no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) do ano passado, com 59,75 pontos, atrás apenas de Vitória (ES), com 60,225.

No ranking das 20 escolas gaúchas que ficaram melhor colocadas, 12 estão no interior do Estado e oito na Capital. Os números, divulgados ontem pelo Ministério da Educação, são uma das formas utilizadas pelo governo federal para avaliar o Ensino Médio no país.

ORio Grande do Sul não aparece no ranking das 20 melhores escolas do país, considerando públicas e particulares, de acordo com as médias do Enem. Mas a média geral dos alunos gaúchos no exame

ficou em 56,27 pontos, acima da média nacional (51,52 pontos), em primeiro lugar na comparação entre os Estados.

Quando elencadas apenas as instituições da rede pública, o Colégio Militar de Porto Alegre (federal) fica em 20º lugar, e é o único representante gaúcho. Na classificação estadual, o colégio aparece em primeiro lugar (veja, ao lado, rankings das instituições com melhor performance no Estado e na Capital).

\_ É muito importante para a escola validar o sistema de ensino, e os alunos testarem os conhecimentos \_ salienta.

Entre as escolas do interior, Santa Maria se destaca, com três escolas entre as 20 melhores colocadas do Estado, duas federais e uma particular.

A participação no Enem não é obrigatória. Por isso, nem todas as escolas têm seus resultados divulgados. Algumas não têm participantes suficientes para que se tenha uma amostra confiável de seus resultados. O MEC ressalva, portanto, que o exame não pode ser usado como avaliação perfeita do sistema e nem seus resultados serem comparados fielmente com os de anos anteriores.

O Enem

- Realizado desde 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) - formado por questões objetivas e redação - busca avaliar o desempenho dos alunos que estão concluindo ou já concluíram o Ensino Médio. A média é considerada nos vestibulares de algumas universidades do país e também possibilita ao candidato se inscrever a uma bolsa do Programa Universidade para Todos (ProUni). Em 2007, mais de 2,7 milhões de estudantes fizeram o exame.

ZERO HORA

## Oposição recorre ao STF por maior controle de sindicatos

Decisão do presidente Lula mantém fiscalização de recursos com as próprias entidades

O veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à fiscalização, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), da prestação de contas dos sindicatos no uso do imposto sindical e também o repasse de parte da arrecadação para as centrais sindicais motivaram ações no Supremo Tribunal Federal. O Supremo terá de responder às dúvidas e às diferentes interpretações surgidas a partir da aprovação da lei de regularização das centrais sindicais, sancionada nesta semana por Lula.

Os principais questionamentos de partidos de oposição são: o imposto pago pelo trabalhador deve ser considerado recurso público e, portanto, passível de fiscalização do Estado? A autonomia sindical seria ferida em caso de fiscalização do TCU? A fiscalização do uso desses recursos pelos trabalhadores, em assembleias, seria eficaz?

Fora do campo partidário, a decisão de Lula também provocou polêmica. Para membros do Ministério Público e professores, o TCU poderia coibir aberrações administrativas com dinheiro dos trabalhadores.

- Seria muito importante o controle pelo Tribunal de Contas. Estamos falando da probidade do uso de recursos dos trabalhadores. Não tem nada a ver com a liberdade sindical, que continuaria existindo - interpreta Rogério Uzun Fleischmann, procurador do Núcleo de Direito Sindical do Ministério Público do Trabalho.

O professor de direito constitucional Pedro Serrano, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), reforça a crítica:

- Deve ser papel do TCU fiscalizar a aplicação de qualquer verba pública, em especial em entidades que são privadas, mas têm caráter comunitário. Qualquer contribuição compulsória do dinheiro das pessoas ao governo é dinheiro público. Seria diferente se fosse pagamento voluntário.

Entre as centrais, o sentimento é oposto. Um dia após o veto, 50 líderes nacionais de confederações, federações e centrais reuniram-se com o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, e com o presidente Lula no Salão Leste do Planalto para comemorar a decisão de vetar a fiscalização do TCU.

- A fiscalização das contas do sindicato é uma forma de o Estado tirar a autonomia do movimento sindical. Quem deve fiscalizar as contas dos sindicatos são os seus associados - analisa Celso

Woyciechowski, presidente da CUT no Estado.

Decisão beneficia banda podre, diz sindicalista

Woyciechowski defende a criação de estatutos padronizados, que estabeleçam a exigência de transparência das contas dos dirigentes, a publicação periódica de balancetes e a limitação de mandatos. O presidente da Força Sindical no Rio Grande do Sul, Cláudio Janta, é mais cauteloso.

- Para nós não tem diferença, porque estamos em processo de transparência das nossas entidades - diz.

Paulo Pereira da Silva, deputado e presidente nacional da Força Sindical, insinuou quem se beneficiará com a medida:

- O veto foi positivo, embora eu reconheça que o pessoal da banda podre do sindicalismo vai sair fortalecido.

A arrecadação sindical movimenta uma estrutura milionária. Apenas o desconto obrigatório de um dia de trabalho, pago por todos os assalariados com carteira assinada, supera R\$ 1 bilhão - um dinheiro livre de fiscalização e, muitas vezes, com destino ignorado.

Saiba mais

Como funciona a fiscalização nos EUA e na Grã-Bretanha:

EUA

Há uma lei que obriga os sindicatos com receita superior a US\$ 200 mil a colocar seus balancetes na Internet. Não há intervenção do Estado, mas os trabalhadores podem saber o que está ocorrendo na sua entidade. Já as contribuições dependem da vontade dos empregados de uma empresa.

GRÃ-BRETANHA

São fiscalizados recursos públicos eventualmente repassados para as entidades. Só é cobrada contribuição obrigatória dos filiados aos sindicatos.

Os recursos

No Estado, um levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a pedido de Zero Hora, revelou que os sindicatos arrecadam (na mais conservadora das projeções) R\$ 212 milhões a cada 12 meses.

Os dados foram mostrados durante a série de reportagens Sindicatos com Donos, veiculada entre 9 e 13 de dezembro do ano passado.

O volume total de dinheiro é desconhecido. Nem mesmo o Banco Central sabe o tamanho do orçamento das entidades, também abastecidas com recursos públicos, convênios de saúde e comissões, na intermediação de contratos entre associados e prestadores de serviço.

Como inexiste auditoria independente, a fiscalização é feita por conselhos fiscais - órgãos eleitos com as chapas dos próprios diretores. Aí está um problema.

Na série de reportagens Sindicatos com Donos, Zero Hora revelou que um presidente de hoje se torna, em muitos casos, o mais influente membro do conselho de amanhã, numa espiral de compadrio que limita o controle.

Como resultado, sindicalistas se perpetuam no poder e recursos são utilizados em benefício pessoal.

Uma das alternativas seria um maior rigor na fiscalização. ZERO HORA

## Policiais gaúchos ganham Bolsa-Formação

Servidores que recebem menos de R\$ 1,4 mil terão incentivo mensal para a realização de cursos na área de segurança

A visita oficial do presidente Lula ao Rio Grande do Sul, foi lançado o projeto Bolsa-Formação, voltado a profissionais da área de segurança pública com baixa renda. Na zona Norte de Porto Alegre, o ministro da Justiça, Tarso Genro, e a governadora Yeda Crusius celebraram a adesão do estado gaúcho. O programa prevê o incentivo financeiro mensal de até R\$ 400 para policiais que recebam menos de R\$ 1,4 mil. No Estado, a previsão é de que 6,9 mil profissionais sejam beneficiados.

A concessão de bolsas, por meio do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), é destinado aos policiais militares e civis, bombeiros, agentes penitenciários e peritos. Para receber o

bônus, os servidores terão que realizar cursos de formação e educação continuada. Ministrados pela Internet ou em universidades, os cursos abrangem temas como polícia comunitária, técnicas não letais, atendimento a vítimas de violência doméstica e combate ao tráfico de pessoas. Os profissionais devem comprovar frequência e ser aprovados em pelo menos uma das capacitações oferecidas.

Os valores pagos pelo Bolsa Formação variam de R\$ 180,00 a R\$ 400,00, de acordo com a função de cada funcionário. Ao atender as condições definidas pelo projeto, o profissional deve preencher o formulário de cadastramento disponível no [www.mj.gov.br/pronasci](http://www.mj.gov.br/pronasci). Após, será submetido ao gestor estadual do programa. CORREIO DO POVO

## Estado obtém boas notas no Enem

Entre alunos do Ensino Médio de escolas públicas, o RS despontou, com a maior média do exame. O instituto de pesquisa do MEC (Inep) divulgou ontem, no site [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br), as médias dos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), por escola e por município. Para cada escola, há informes sobre número de matriculados no último ano do Ensino Médio, número de participantes, médias observadas e médias com correção de participação – simulam estatisticamente a nota que seria obtida pela escola, caso todos seus alunos tivesse participado da prova.

A consulta deve ser realizada sempre a partir de um município selecionado. É possível, porém, fazer a pesquisa por localização da escola (rural ou urbana), por dependência administrativa (particular, federal, estadual ou municipal) e por modalidade de Ensino (regular, profissionalizante e de jovens e adultos).

Entre os alunos das escolas públicas, os do RS obtiveram maior média no exame – 55,89 pontos, seguidos por Distrito Federal (52,22) e Minas Gerais (52,21). Os estados de Tocantins e Amazonas tiveram os piores resultados – 41,98 e 42,65 pontos, respectivamente (ver tabela). Em 2006, os mesmos estados lideraram as notas, mas com pontuações mais baixas: RS (39,29); MG (37,34) e DF (36,77 pontos). O Enem serve como seleção para a distribuição de bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUni). E é utilizado na seleção de quase 500 instituições de Educação Superior no país. CORREIO DO POVO

## Capital gaúcha é 2ª mais cara do país

Cesta básica aumentou 0,68% em março (R\$ 216,12). Tomate liderou alta, com 25,41%. Banana caiu 13,38%

A cesta básica de Porto Alegre teve aumento de 0,68% em março deste ano, conforme apontou levantamento divulgado ontem pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). No mês avaliado, o valor da cesta atingiu R\$ 216,12, dois reais a mais do que o preço calculado em fevereiro, que foi de R\$ 214,65. Pelo quinto mês consecutivo, a Capital gaúcha é a segunda mais cara do país. O maior valor foi registrado na cidade de São Paulo, onde o conjunto de gêneros alimentícios atingiu R\$ 223,94. Os menores valores da cesta foram apurados em Recife (PE), com R\$ 166,13, e em Aracaju (SE), com R\$ 168,22.

No mês de março, dos 13 produtos que compõem a cesta básica, 11 apresentaram aumento. Os adicionais mais expressivos ocorreram nos preços do tomate (25,41%), no óleo de cozinha (9,76%), feijão (6,89%) e farinha (5,33%). As principais retrações foram detectadas no preço da banana (-13,38%) e da batata (-12,33%). No primeiro trimestre do ano, a maior alta é verificada no preço do feijão, que subiu 51,31%, seguido do tomate (41,46%) e do óleo de cozinha (31,23%). Outro item abordado pelo estudo do departamento foi a relação entre o valor da cesta básica e o salário mínimo. De acordo com o levantamento realizado pelo Dieese, o custo do conjunto de gêneros alimentícios representou 56,51% do salário mínimo líquido, contra 61,40% em fevereiro e 59,69% em março do ano passado.

Conforme ressaltou a economista do Dieese Daniela Sandi a relação diminuiu porque passou a vigorar no dia 1º de março deste ano o novo salário mínimo, de R\$ 415,00, enquanto que o custo da maior cesta básica do Brasil – a de São Paulo – apresentou queda. Daniela Sandi também ressaltou

que, para o mês de abril, podem ocorrer aumentos nos valores cobrados pelo leite e pelo pão. 'A produção de leite foi reduzida em função da estiagem, enquanto que o pão poderá refletir o aumento no preço da farinha, que teve reajuste de mais de 5% no mês de março e esse custo ainda não foi repassado ao consumidor', disse a economista. CORREIO DO POVO

## Simers: hospitais devem informar

Usuários e funcionários precisam saber os riscos de contaminação da Acinetobacter, diz sindicato. A falta de informações sobre a epidemia da Acinetobacter sp nos hospitais de Porto Alegre é apontada como uma das falhas da força-tarefa montada em maio do ano passado. Para o Sindicato Médico do RS (Simers), usuários e funcionários deveriam ter sido alertados sobre os riscos de contaminação.

Procedimentos de higienização são regra dentro dos hospitais. Nesse caso, o Simers defende que o alerta deveria ter sido reforçado, principalmente por se tratar de um microorganismo resistente, que permanece vivo durante 13 dias em superfícies secas ou molhadas. 'Estamos acostumados a lidar com germes que não sobrevivem mais que minutos no ar. Eles deveriam ter especificado as particularidades desse microorganismo para que as pessoas pudessem ter os cuidados necessários', avaliou a vice-presidente do Simers, Maria Rita de Assis Brasil.

Pacientes e até mesmo médicos desavisados servem de hospedeiros do germe. Por isso, afirmou a médica intensivista, de nada adianta treinar só alguns servidores. Citou o exemplo de um hospital cujos funcionários de unidades graves utilizam jaleco de cor diferente. Ocorre que, na hora do lanche, eles se misturam a outros funcionários, expondo-se à bactéria que pode estar presente em móveis e demais equipamentos médicos. 'Somente depois de o problema vir a público algumas instituições tomaram iniciativas', concluiu.

Para ela, o manual Controle de Disseminação de Acinetobacter sp, redigido por especialistas com a Secretaria Municipal da Saúde (SMS), poderia ser mais bem aproveitado. 'Ele é bem escrito e simples, mas eu nunca o vi. Minha cópia foi tirada da Internet', disse Maria Rita.

A epidemiologista da SMS Anelise Breier explicou que a Vigilância em Saúde recomendou aos diretores de hospitais que comunicassem os servidores sobre a Acinetobacter, mas reconheceu: 'Às vezes, os hospitais procedem com zelo exagerado'. Segundo Anelise, a SMS não divulgou os hospitais que apontaram a presença do microorganismo para evitar 'pânico'. Considerou positivo o impacto das informações recentes. 'Os profissionais estão mais cuidadosos e os familiares entendem por que os médicos restringem as visitas.' CORREIO DO POVO

## Sindicalismo estatal

Presidente Lula ignora o que pregava como líder sindical, pereniza imposto dos pelegos e atrela centrais ao Estado

UM TORNEIRO mecânico na Presidência pode iludir alguns com a impressão de que a classe operária chegou ao paraíso, mas foi só o estamento sindical que nele se locupletou. O paraíso, no Brasil, se chama Estado.

A burocracia das entidades de classe empalmou o Executivo e foi direto à boca do caixa. O auge desse concubinato foi alcançado com o veto de Lula à fiscalização, pelo TCU, de recursos provenientes da contribuição negocial, o novo nome para o velho imposto sindical.

Não contente em frustrar o controle sobre recursos públicos, o presidente organizou convescote no Palácio do Planalto para comemorar com meia centena de camaradas a conquista do dinheiro fácil. A festa teve início a portas fechadas, segundo noticiou o jornal "O Globo". A alegação era de que se tratava de evento privado, embora patrocinado com recursos dos contribuintes.

"Incomoda a um segmento da sociedade, a uma elite que não se conforma com o nosso sucesso", esbravejou o ministro do Trabalho, Carlos Lupi (PDT). "Mas vão ter que nos aturar durante muito tempo", desafiou, escancarando intenções que se projetam muito além dos dois anos e nove meses que restam a Lula. Referia-se, obviamente, à bem-sucedida instalação de uma cabeça-de-ponte sindical no coração do erário.

Lula tentou justificar o veto com o argumento de que a obrigação de prestar contas ao TCU implicaria dano à autonomia sindical. Soa cômico falar em independência quando a lei em questão promove o reconhecimento estatal de centrais, criadas de modo autônomo anos atrás. Estão agora domesticadas, em troca de participação na bolada anual de mais de R\$ 1 bilhão, sacada dos trabalhadores.

O presidente e seus companheiros podem acreditar que a mudança de nome de imposto para contribuição transforma recursos públicos, recolhidos de modo compulsório pelo Estado, em privados. Enfrentarão dificuldade, porém, para convencer disso os 86% de trabalhadores brasileiros que optaram por não se sindicalizar, mas mesmo assim terão de pagar o tributo para sustentar sindicatos e centrais.

Houve um tempo em que Lula e correligionários do PT e da CUT defendiam a autonomia sindical de maneira conseqüente, propondo a extinção do imposto sindical. Num governo em que 45% dos altos cargos ficam nas mãos de filiados a sindicatos e ao partido do presidente, viraram todos a casaca.

A aceitação da tutela do Estado em troca de receita garantida merece ser chamada de peleguismo de resultados. Ou de sindicalismo estatal. Independência é que não é. FOLHA DE SP

## Alunos da UnB invadem gabinete e pedem saída de reitor

Ocupação acontece mais de dois meses após escândalo da compra de móveis de luxo; universidade afirma estar aberta ao diálogo

JOHANNA NUBLAT

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Cerca de 200 estudantes da Universidade de Brasília invadiram ontem, no começo da tarde, o gabinete do reitor da instituição, Timothy Mulholland. Eles carregavam um caixão, simbolizando o desejo de saída de Mulholland da reitoria, e gritavam "ocupa, ocupa, ocupa e resiste".

Os estudantes dizem que só deixam o prédio depois da saída do reitor e de seu vice, Edgard Mamyá. Até o fechamento desta edição, o último andar da reitoria continuava invadido por cerca de cem alunos.

A invasão se deu mais de dois meses depois do escândalo da compra de móveis de luxo para o apartamento funcional do reitor com dinheiro de uma fundação de apoio a pesquisa. Os estudantes exigem o leilão dos móveis e a utilização do dinheiro na moradia estudantil.

A ação de ontem começou com uma assembléia de estudantes ao meio dia e uma passeata pela universidade, que deveria ter fim na reitoria. Ao chegar ao gabinete do reitor, no entanto, ele arrombaram a porta de madeira com o caixão. A repórter da Folha, que estava na cobertura da assembléia, acompanhou os estudantes e ficou dentro da reitoria.

No momento da invasão, às 14h30, cerca de 15 funcionários estavam no gabinete -o reitor não estava. Quatro deles permaneceram no prédio por vontade própria. Os estudantes tentaram retirá-los.

A invasão foi festejada com batuque, cantorias e frases de efeito, como "ia, ia, ia, vou morar na reitoria" e "eu já falei, não se discute, a UnB é a nova USP" -em referência a invasão da Universidade de São Paulo em 2007. Parte dos alunos disse não ter imaginado que a passeata terminaria em invasão. "A gente não achou que ia entrar, essas manifestações sempre param na porta", disse uma aluna de serviço social que preferiu não se identificar.

Às 16h30, luz e água foram cortadas por determinação da reitoria. Nesse momento, chegou a Polícia Federal, que manteve contato com os alunos. Os invasores passaram então a recolher dinheiro entre eles e pedir ajuda pelas janelas para comprar alimentos e água.

Também pediram colchonetes, lampiões e velas pelo telefone. O clima era de animação. Na mesa do reitor foi colocado o caixão. E, no térreo, havia uma reunião de alunos que foram impedidos de subir.

À tarde, os alunos se reuniram em assembléias e aprovaram uma lista de 19 reivindicações, entre

elas a saída do reitor e do vice, o leilão dos móveis e a suspensão de convênios com fundações investigadas.

A UnB disse, através de porta-voz, estar aberta ao diálogo e esperar a lista de reivindicações. Afirmou que água e luz foram cortadas por segurança e que chamou a PF por se tratar da invasão de prédio público federal. Também disse que "não se tira um reitor assim". FOLHA DE SP

## Desmate na Amazônia permanece em alta

Foram devastados em fevereiro 724 quilômetros quadrados de floresta, 12% a mais que área desmatada em janeiro

Para Inpe não é possível afirmar que houve aumento porque áreas observadas são distintas; Marina crê em redução até o fim de 2008

DA REDAÇÃO

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O desmatamento na Amazônia continua em alta, mesmo em mês de chuva. Dados do sistema Deter, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que detecta a devastação em tempo real, mostram que no mês de fevereiro foram derrubados 724 quilômetros quadrados de floresta na região, um número 12% maior que os 639 quilômetros quadrados derrubados em janeiro.

O diretor do Inpe, Gilberto Câmara, disse que os dados confirmam "a continuidade de um processo consistente de degradação", mas que não é possível falar em aumento de um mês para o outro, porque a área observada não foi a mesma.

"Mato Grosso foi observado em fevereiro, Pará e Rondônia não foram", devido à intensa cobertura de nuvens, disse Câmara. As nuvens impedem que o satélite "enxergue" o solo.

De qualquer forma, os dados preocupam o governo porque, tradicionalmente, fevereiro é um mês no qual não se desmata justamente porque é "inverno" (ou seja, estação chuvosa) na Amazônia. O Deter nem sequer tem os dados de fevereiro de 2007 (com os quais seria possível fazer uma comparação ano a ano), porque o Inpe acreditava nessa baixa atividade.

O desmatamento observado pelo Deter em fevereiro é mais alto do que o visto em janeiro, agosto (243 quilômetros quadrados), setembro (611) e outubro (457), mas menor que novembro (974) e dezembro (943), quando a devastação explodiu e fez o governo deflagrar uma série de ações de controle.

Os Estados onde foi observada a maior devastação foram Mato Grosso (639 quilômetros quadrados) e Roraima (51 quilômetros quadrados). Isso não quer dizer, no entanto, que Pará e Rondônia, que compõem com Mato Grosso a tríade da devastação, tenham derrubado menos: só não foram vistos.

O governo de Mato Grosso contesta as informações do Deter. Para a Sema (órgão ambiental estadual), áreas classificadas como pontos de desmate pelo Deter são na verdade locais onde a floresta foi degradada há oito anos ou mais.

O Inpe diz que a polêmica se deve a uma divergência de metodologia. Para o Deter, áreas nas quais o sinal espectral (a luz que o satélite capta) de solo é maior que o de vegetação são florestas degradadas que não funcionam mais como uma floresta -e, portanto, entram na conta da devastação.

O Inpe vai agora cruzar os dados do desmatamento com os de queimadas e flagrar, assim, a degradação progressiva em Mato Grosso.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, reconheceu o aumento do desmatamento nos dois primeiros meses deste ano. Ela disse que as medidas anunciadas pelo governo, que ainda estão sendo implementadas para tentar barrar o desmatamento, não têm a mesma "velocidade que a dinâmica" da devastação ambiental.

"Elas [as medidas] com certeza irão surtir efeito, mas não em apenas um ou dois meses. Queremos que todas venham a acontecer e que, se possível, tenhamos em 2008 uma redução do desmatamento", declarou. FOLHA DE SP

(CLAUDIO ANGELO E LUCAS FERRAZ)

## Fiscalização dos sindicatos seria retrocesso à ditadura, diz Marinho

Para ministro, Lula seguiu Constituição ao vetar exame de gastos das centrais

SIMONE IGLESIAS

MARIA CLARA CABRAL

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O ministro Luiz Marinho (Previdência) afirmou ontem que ao vetar a obrigatoriedade de fiscalização dos gastos das centrais sindicais pelo TCU (Tribunal de Contas da União), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumpriu a Constituição. De outra forma, disse, o país retrocederia à época da ditadura, quando a atuação dos sindicatos era acompanhada pelo governo.

"Não estamos criando nada novo. A Constituição diz que não pode haver influência do Estado na atuação dos sindicatos. Isso [fiscalização] acabou com a ditadura", disse.

Anteontem, Lula anunciou o veto em encontro com sindicalistas e justificou sua decisão dizendo que o artigo do projeto de lei que reconhece formalmente as centrais sindicais poderia acabar com a autonomia das entidades.

A decisão desagradou à oposição, que queria fiscalização rigorosa da aplicação dos recursos provenientes do imposto sindical. DEM e PSDB prometeram entrar com ações no STF (Supremo Tribunal Federal) questionando o veto.

O DEM vai ingressar segunda-feira com uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) e o PSDB com uma ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental). Para os dois partidos, o presidente Lula desrespeitou a Constituição que determina que a aplicação de recursos públicos seja fiscalizada pelo TCU.

Para o presidente do DEM, deputado Rodrigo Maia (RJ), o veto demonstra desrespeito à população, que tem direito de saber de que forma o dinheiro público está sendo aplicado.

"O Congresso agiu de forma correta. Como se trata de contribuição obrigatória, imposta por lei, a cobrança de um dia de salário do trabalhador se transforma em um tributo. E todo tributo tem de ter a aplicação fiscalizada. Além do mais, até sindicalistas concordam em um ponto: o veto do presidente Lula beneficia a banda podre dos sindicatos", afirmou.

O deputado Antônio Carlos Pannunzio (PSDB-SP), autor na Câmara da emenda que obrigava a fiscalização, disse que o presidente não apresentou argumentos jurídicos para vetar o artigo. O parlamentar afirmou que o veto "é imoral e envergonha o povo brasileiro". "O presidente Lula se comporta como se ainda fosse um líder sindical e, pior, como se legislasse apenas para esse público. Qual a justificativa moral e legal que o presidente tem para falar em autonomia das centrais?", afirmou. A sindicalistas, Lula explicou, anteontem, que vetou o artigo por causa de seu passado no sindicato e alegou que a fiscalização poderia levar a perseguição política. FOLHA DE SP

## PARA ARCEBISPO, TCU DEVE FISCALIZAR CENTRAIS SINDICAIS

O arcebispo de Florianópolis (SC) e presidente da Regional Sul da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dom Murilo Krieger, defendeu o direito de o TCU (Tribunal Contas da União) fiscalizar o dinheiro das centrais sindicais. O presidente Lula vetou uma emenda que atribuía ao tribunal a fiscalização. "Quem não deve não teme. Isto vale para os sindicatos e vale para os cartões corporativos. Por que ter medo de apresentar [as contas] publicamente?", afirmou o bispo de Florianópolis, durante a 46ª Assembléia Geral da CNBB, em Indaiatuba (SP). FOLHA DE SP.

## Indústrias têm o melhor começo de ano desde 2003

Levantamento de confederação mostra receita 10,9% maior e 5% mais emprego

CNI informa recuo do uso da capacidade instalada, o que indicaria risco menor de pressão na inflação pela restrição de oferta

O setor industrial registra o melhor início de ano desde 2003. Segundo a CNI (Confederação Nacional da Indústria), no primeiro bimestre a indústria teve altas de 10,9% no faturamento, de 7,8% nas horas trabalhadas, de 7,2% na massa de salários e de 5% no emprego. O bom desempenho é reforçado pelo recuo do uso da capacidade instalada, que indica maturação de investimentos, segundo a entidade.

O nível de utilização do parque fabril recuou de 83,1% em janeiro para 82,9% em fevereiro. "Não há pressão no setor industrial pelo lado da oferta. Não vemos necessidade de contenção da demanda", afirmou o economista-chefe da CNI, Flávio Castelo Branco, ao comentar a possibilidade de elevação dos juros por parte do Banco Central no dia 16. "Consideramos precipitada a eventual decisão de elevar os juros", disse.

Ao apresentar dados do setor industrial de março no início desta semana, a FGV apontou risco de descasamento entre oferta e consumo caso a indústria cresça acima de 6%. A previsão da CNI para a expansão do PIB industrial é de 5%.

O uso da capacidade instalada é um dos indicadores analisados pelo Banco Central nas decisões de política monetária. A despeito de a indústria estar acelerando a produção com menor uso do parque fabril, conforme o indicador apurado pela CNI, alguns analistas avaliam que o recuo no uso da capacidade instalada pode não impedir o BC de elevar os juros.

O economista Bráulio Borges, da Consultoria LCA, diz que a pressão do valor das commodities nos preços industriais e o efeito dos preços no varejo devem ser considerados pelo BC. Segundo ele, essa pressão só não é maior porque há folga nas linhas de montagem.

Borges traça um cenário favorável: os investimentos iniciados em 2006 estão sendo concluídos e permitirão menor pressão sobre o parque fabril.

Cálculo feito pela LCA com base na produção industrial pesquisada pelo IBGE e no uso da capacidade instalada apurado pela CNI indica ampliação de 7% no parque fabril. "O que vemos é que os investimentos, que se tornaram mais fortes no início de 2007, agora se traduzem em ganhos", disse Borges.

Ele avalia que a produção industrial continuará se expandindo, mas deve apresentar menores taxas de crescimento porque a partir de março os indicadores começam a ser comparados com bases elevadas.

Ao comentar o resultado do primeiro bimestre, Castelo Branco informou que o bom desempenho decorreu da ampliação da renda e do crédito e da necessidade de as empresas recompor estoques.

Em fevereiro, em relação a igual mês de 2007, a indústria apurou aumento de 11,5% no faturamento, de 8,8% nas horas trabalhadas, de 4,9% no emprego e de 7,2% na massa salarial.

Entre os subsetores da indústria, os que apresentam os melhores desempenhos são: montadoras de veículos, fábricas de máquinas e equipamentos, de eletroeletrônicos, de produtos de metal, fábricas de minerais não-metálicos, metalúrgicas, fábricas de vestuário e indústrias de papel e celulose.

FOLHA DE Sp

## Greve de auditores leva a férias no AM e filas no PR

Falta de componentes prejudica Zona Franca

KÁTIA BRASIL

DA AGÊNCIA FOLHA, EM MANAUS

DIMITRI DO VALLE

DA AGÊNCIA FOLHA, EM CURITIBA

Pelo menos 7.000 trabalhadores de indústrias da Zona Franca de Manaus entraram em férias em razão da greve dos auditores fiscais da Receita Federal, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas. A greve por tempo indeterminado começou em 18 de março.

No porto de Paranaguá (PR), a greve contribuiu para a formação de filas de dez quilômetros de caminhões. A federação de transportes já age para obter ressarcimento dos prejuízos.

No Amazonas, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Valdemir Santana, diz que podem ocorrer rescisões de contratos se a greve se estender.

"Os fiscais tiram nosso direito de trabalhar em vez de dar o prejuízo ao governo", disse Santana, que também preside a CUT (Central Única dos Trabalhadores) regional.

Santana afirma que quatro fábricas estão com linhas de produção paradas por falta de componentes. A Justiça concedeu quatro mandados de segurança para que mercadorias sejam desembaraçadas. Segundo a Receita, nas alfândegas do porto e do aeroporto de Manaus US\$ 23 milhões em insumos importados estão com desembarço parado devido à paralisação. No Amazonas, há 175 auditores fiscais.

A categoria quer equiparação de salários com os delegados da Polícia Federal, que recebem R\$ 18 mil mensais. Os auditores ganham, em média, R\$ 13,3 mil. Antes da greve, a proposta do governo era de 17% de reajuste.

Paranaguá

A Fetranspar (Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná) orientou os caminhoneiros a guardar todas as notas fiscais de alimentação, estadia e combustível geradas pela demora em desembarcar mercadorias.

A entidade orientou as empresas a identificar os responsáveis pelos prejuízos e usar as notas em ações de reparação de danos. O porto enfrenta desde anteontem greve de trabalhadores autônomos, além do movimento dos auditores.

"Nossos caminhões servem para transporte, não para silo", disse Sérgio Malucelli, diretor-executivo da Fetranspar. Segundo a entidade, na madrugada a fila chegou a 25 km.

Desde o começo da greve dos auditores, a Justiça Federal de Paranaguá tem concedido em média cinco liminares por dia determinando a continuidade do despacho aduaneiro. Folha de SP

## Pobres e ricos divergem sobre políticas ideais de combate ao crime. Especialistas apontam soluções

Publicada em 04/04/2008 às 08h37m

Ana Carolina Morett - O Globo Online

RIO - Quando o assunto é insegurança pública, a insatisfação predomina, mostrou pesquisa **CNI/Ibope divulgada semana passada**. Por outro lado, a mesma pesquisa mostrou também que, quando as soluções para o problema são questionadas, ricos e pobres divergem. De acordo com o levantamento, pessoas com maior poder aquisitivo querem mais investimento em ações sociais (52% dos entrevistados), enquanto os mais pobres defendem a repressão (39%). Para especialistas, os resultados refletem a carência de políticas de segurança e a realidade social do país. Eles explicam que os ricos estão mais distantes dos centros de violência e têm maior grau de escolaridade, o que os leva a defender medidas preventivas. Já os pobres, principais vítimas do problema, têm pressa, e por isso defendem medidas emergenciais.

Entre os entrevistados, 22% consideram ruim a segurança no país e 31% a consideram péssima.

Entre os que recebem acima de dez salários mínimos, as ações repressivas foram citadas por apenas 17% dos entrevistados, e 30% apontaram a união das duas soluções. Já entre aqueles que têm renda de até um salário mínimo, 37% querem ações sociais e 21% defendem o uso das duas medidas. Na média de todas as rendas, a pesquisa indicou as ações sociais em primeiro lugar (43%), as repressivas em segundo (32%) e a utilização das duas em seguida (24%).

Apesar de ser a alternativa menos votada, prevenção aliada à repressão é o que defendem especialistas entrevistados pelo GLOBO ONLINE. A solução, no entanto, não é mágica, de acordo com o secretário nacional de segurança pública interino, Ricardo Balestreri.

"O calo de quem é mais pobre dói mais. Por isso, eles querem uma solução milagrosa, o emocional fala mais alto"

- O calo de quem é mais pobre dói mais. Por isso, eles querem uma solução milagrosa, o emocional fala mais alto. De forma geral, o senso comum leva as pessoas a pensarem que repressão funciona.

Esse pensamento é compreensível devido ao sentimento de insegurança da população, que faz com que as pessoas busquem respostas simplistas. Agora, se força e truculência funcionassem, estaríamos vivendo em um paraíso. Em nenhum lugar do mundo isso funciona. Tem que ter inteligência, organização estratégica, mecanismos de prevenção. O resto é só espetacularização da segurança - afirma Balestreri.

Geraldo Tadeu Monteiro, presidente do Instituto Brasileiro de Pesquisas Sociais (IBPS), concorda com o secretário de segurança:

- As pessoas são vítimas desse falso dilema. A violência é um problema policial e social, é equivocado pensar em uma coisa ou outra.

" A violência é um problema policial e social, é equivocado pensar em uma coisa ou outra "

Na mesma linha de raciocínio, Silvia Ramos, coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (CESeC), afirma que a pesquisa comprova que nos locais onde as populações estão mais expostas à criminalidade, e onde as políticas de estado são mais ausentes, as pessoas querem policiamento. Para Silvia, o resultado acaba com o mito de que as pessoas mais pobres não gostam da polícia. Ela ressalta, no entanto, que eles desejam outro tipo de repressão, diferente do que é feito hoje.

- Há um deserto de policiamento nessas áreas, essas pessoas estão em risco. É um engano pensar que os pobres não gostam da polícia. Agora, eles querem uma polícia de boa qualidade, não é essa que está aí. Eles não querem o policial que chuta a porta das casas. As pessoas que estão nas mãos de criminosos despóticos, bárbaros, querem alguém que realmente puna os bandidos e proteja as pessoas de bem. E esse é o desafio - diz a especialista.

" Eles querem uma polícia de boa qualidade, não é essa que está aí. Eles não querem o policial que chuta a porta das casas "

Entrevistados confiam nas Forças Armadas e na Polícia Federal

A pesquisa CNI/Ibope quis saber ainda em quais instituições as pessoas confiam para combater a violência. As Forças Armadas foram apontadas como a entidade mais confiável para enfrentar o problema, sendo que 74% confiam nelas. A população lembrou ainda da Polícia Federal (70% de confiança), do governo federal (59%) e da Justiça (58%). Apenas 48% confiam na Polícia Militar no combate à criminalidade, tendo um Congresso Nacional uma situação ainda pior: 36% de confiança.

- É impressionante como as pessoas avaliam melhor o que está mais longe da sua realidade. A PM e a Guarda Municipal, que estão mais próximas, normalmente são mal avaliadas. É curioso, porque eles não sabem bem como a PF, ou as Forças Armadas atuam - afirma a especialista, que reprova a utilização do exército nas ruas.

Na opinião de Michel Misse, coordenador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), essa avaliação é reflexo da corrupção nas instituições, da desvalorização profissional dos policiais militares, entre outros problemas. Misse também é contra a utilização das Forças Armadas no combate ao crime.

- Essa é uma visão de leigo. O trabalho da polícia é prender e levar a julgamento. As Forças Armadas são treinadas para a guerra. Elas estão preservadas do problema, enquanto a PM está no meio do fogo cruzado. A PF é outro caso. Ela trabalha com crimes mais complexos, suas ações têm destaque na mídia. O salário é bom, o sistema de inteligência é eficiente. Isso faz com que a PF seja mais valorizada. Não conheço nenhum policial federal que faça bico, como os PMs.

Apesar de problemas, especialistas apontam melhorias

Entre os especialistas, há consenso sobre a ausência de políticas públicas de segurança nos últimos anos. Eles atribuem os resultados da pesquisa a essa carência de investimento. Por outro lado, quando questionados sobre o futuro, eles ressaltam que, pela primeira vez, o tema é discutido e o governo começa a pensar em medidas eficazes.

- Acho que a grande verdade é que as pessoas estão percebendo que há muito tempo o Brasil carece de política de segurança. O Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) é o primeiro programa nacional, que supera essa dicotomia prevenção/repressão. Ele combina as ações. Não é investimento só em bala e colete, mas também em educação - ressalta Silvia.

De acordo com Misse, apenas nos últimos 20 anos o assunto começou a receber mais atenção por parte dos governos estaduais e federal. Os avanços, no entanto, ainda são pequenos, afirma o especialista.

- Os governos estão investindo, mas os resultados ainda são pequenos. Começa a haver mobilização de recursos, mas as políticas ainda não estão bem delineadas. Há políticas como o Pronasci, a Força Nacional de Segurança. Mas o grande desafio ainda é a articulação das polícias dentro de um sistema único que possa combater o crime de forma eficaz - diz Misse. O GLOBO

Mais rigor na terceirização de serviços, pedem deputados e dirigentes sindicais ao debater tema Deputados das comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Trabalho, de Administração e Serviço Público reivindicaram uma postura mais ativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na fiscalização das condições de trabalho dos funcionários do setor elétrico, especialmente os terceirizados. Dirigentes sindicais do setor elétrico reforçaram a reivindicação.

Nesta quinta-feira (3), as duas comissões realizaram audiência pública para discutir o assunto e também recomendaram que a Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, cobre do grupo Neoenergia (do qual é acionista) providências para melhorar as condições de trabalho dos seus funcionários e prestadores de serviços. "O presidente da Previ, Sérgio Rosa, que já foi sindicalista, vai se sensibilizar com a situação", declarou o deputado Luiz Bassuma (PT/BA). Um grupo de parlamentares dessas comissões deverá se reunir com o Executivo na próxima semana. Representantes dos trabalhadores de três distribuidoras do grupo Neoenergia (Coelba, Celpe e Cosern) apresentaram dados que mostram a precariedade das condições de trabalho. O coordenador-geral do Sindicato dos Eletricitários da Bahia (Sinergia), Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa, por exemplo, informou que 11 empregados terceirizados da Companhia de Eletricidade da Bahia (Coelba) morreram em serviço em 2006, e outros seis no ano passado.

Call center

O sindicalista também criticou o fato de todo o atendimento prestado pela companhia na Bahia ser realizado por telefone. "Há dez agências de call centers na Bahia, sendo que grande parte dos problemas apresentados pelos consumidores exige o deslocamento de funcionários de um município para outro. A qualidade dos serviços piorou muito com isso", acusou.

Situação semelhante foi identificada nas companhias energéticas do Rio Grande do Norte (Cosern) e de Pernambuco (Celpe), conforme relatos do presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética e Empresas Prestadoras de Serviços no Setor Elétrico e Similares do Rio Grande do Norte, José Fernandes de Sousa; e do presidente do Sindicato dos Urbanitários de Pernambuco, André Ricardo de Melo.

"A situação dos trabalhadores é dramática, mas estamos colhendo os frutos da privatização mal feita do setor", definiu a deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), uma das autoras do requerimento para a realização da audiência.

Outro sindicalista que protestou contra a situação dos terceirizados foi o secretário de energia da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Franklin Moreira Gonçalves. Segundo ele, a terceirização aumenta o lucro das empresas, já que a lucratividade delas é definida nos ciclos de revisões tarifárias negociadas com a Aneel. A partir dessa negociação, "elas [as empresas] fazem de tudo para reduzir seus custos e terceirizam seus trabalhadores", reclamou.

Gonçalves declarou que sua entidade apóia o Projeto de Lei 1.621/07, do deputado Vicentinho (PT/SP), que regulamenta as relações de trabalho nos casos de terceirização de serviços no setor privado e nas sociedades de economia mista.

O deputado Walter Pinheiro (PT/BA), que além de ser co-autor do requerimento também preside a Comissão de Ciência e Tecnologia, disse que a Aneel deve adotar uma postura mais ativa na fiscalização das condições de trabalho dos funcionários do setor elétrico, em vez de se restringir à análise da situação financeira das empresas.

Legislação

O assessor da diretoria-geral da Aneel Luiz Antonio Ramos Veras declarou que a agência atua conforme as atribuições dadas pela legislação, principalmente pela chamada Lei das Concessões

(8.987/95). Porém, segundo ele, há espaço para uma legislação específica sobre a terceirização no setor de energia que, entre outras medidas, reduzisse conflitos entre os funcionários e os terceirizados em relação a temas como diferenças salariais e segurança no trabalho.

Veras afirmou ainda que a agência aplica uma média anual de R\$ 50 milhões em multas às empresas que desrespeitam as normas estabelecidas, como aquelas relativas à segurança no trabalho.

A proposta, entre outras medidas, proíbe a terceirização da atividade-fim da empresa, que só poderá ser desenvolvida por funcionários diretamente contratados, com vínculo de emprego. (Com Agência Câmara) DIAP

Seis estados de 23 encerram greve dos Correios

Os trabalhadores dos Correios de São Paulo decidiram em assembléia nesta quinta-feira (3) aceitar a proposta do Governo e terminar a greve, que havia sido iniciada na última terça-feira (1o). Além de São Paulo, Amazonas, Maranhão, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte decidiram nesta quinta retornar às atividades. Os funcionários do Distrito Federal já haviam decidido pelo fim da greve nesta quarta-feira (2).

Segundo o Sintect-SP (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares de São Paulo), cerca de 4.500 funcionários participaram na assembléia na praça da Sé (região central da capital) e decidiram por voltar ao trabalho ainda na noite desta quinta-feira (3). De acordo com a assessoria de imprensa dos Correios, 49% dos 106.092 funcionários da empresa estavam parados nesta quinta.

A Fentect (Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares), que enviou um informativo aos sindicatos estaduais nesta quarta-feira aconselhando a aceitação do acordo, informou que, até 20h, devem se encerrar as assembléias dos outros estados. A proposta feita pelos Correios e pelo Governo promete pagar o abono de 30% do salário por mais 90 dias enquanto continuam as negociações e tornar o bônus definitivo a partir de junho.

Os servidores reivindicam um adicional de periculosidade equivalente a 30% do salário por mês, aumento no percentual da PLR (Participação nos Lucros e Resultados), mais contratações, a implementação de um plano de carreira e a retomada do antigo plano de pensão, Postalís, que está sendo substituído pelo Postalprev.

Durante o período de greve, as agências dos Correios funcionam normalmente, mas não há garantia de entrega das correspondências. Assim, os serviços que garantem a entrega em prazo pré-estipulado --Sedex 10 e Sedex Hoje, por exemplo-- não funcionam. Em São Paulo, os Correios têm 22 mil trabalhadores.

"Limpeza" em Curitiba

Em Curitiba os trabalhadores dos Correios promoveram uma manifestação simbólica na manhã desta quinta. Com mangueiras, vassouras e sabão, os funcionários realizaram uma "limpeza" na fachada do prédio da agência central, na rua João Negrão, na capital.

A ação foi a forma de protesto encontrada pela categoria para lutar contra o que considera uma "série de injustiças", como a disparidade no pagamento da participação nos lucros e a retirada do adicional de risco dos carteiros.

Dos 33 sindicatos da categoria, 23 aderiram à greve. Segundo o sindicato, a greve, que atinge pelo menos 45 municípios do Paraná, já deixou cerca de 1,5 milhão de objetos parados nos três dias de paralisação. O sindicato calcula que cerca de 90% da distribuição no Paraná esteja comprometida devido à greve.

Na noite de ontem, durante assembléia, os trabalhadores recusaram a proposta da direção da empresa, que previa a prorrogação do pagamento do abono em três meses.

Nesta sexta-feira (4), uma nova assembléia geral deve definir se a paralisação deve ou não continuar. Para que a greve chegue ao fim, é preciso que pelo menos 18 sindicatos aceitem a proposta da direção. DIAP.

Sindicato dos procuradores da FN entra na Justiça contra sobrecarga de trabalho

O Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.064, para questionar o

artigo 16, parágrafo 1º, da Lei 11.457/07, que transfere para a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a atribuição tributária relativa à Previdência Social e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Anteriormente, a competência era da Procuradoria Geral Federal.

De acordo com o Sinprofaz, se o dispositivo mencionado não for julgado inconstitucional afetará de modo imediato à categoria que representa. “Sujeitará os procuradores da Fazenda Nacional a uma carga insuportável e desumana de serviços”, afirma o representante do sindicato.

Infra-estrutura

Na ação, o sindicato afirma que a PGFN há tempos carece de recursos humanos e materiais, além de infra-estrutura adequada para seus servidores trabalharem. Defende que a estrutura mínima necessária para o funcionamento da PGFN é a anunciada nos artigos 18 e 19 da mesma lei questionada, que prevê a criação de 1200 cargos de procurador e 120 procuradorias seccionais.

“Sendo a PGFN a verdadeira curadora do crédito público federal, o mínimo que se poderia esperar de sua patrocinadora e maior interessada, a União, seria a adequada estruturação material”, alerta o sindicato. O relator da ADI 4.064 é o ministro Celso de Mello. DIAP

Interligação trará agilidade e economia nos processo trabalhistas

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho colocou disponível para os Tribunais Regionais do Trabalho os principais documentos relativos à implantação, configuração, gerenciamento proativo e manutenção da Rede Corporativa de Acesso ao IP no Judiciário Trabalhista.

As informações estão disponíveis no [Portal da Justiça do Trabalho](#) e permitirão que os TRTs gerenciem o processo de efetivação da Rede Corporativa para adequá-la à realidade local e favorecer sua viabilidade em âmbito nacional.

A conclusão da implantação da rede, prevista para este mês, será um marco no projeto de interligação e digitalização da Justiça do Trabalho, pois possibilitará a transmissão de voz e imagens digitais através da rede própria da Justiça do Trabalho.

Economia

Significará, também, uma redução significativa nos custos das comunicações entre o TST, os 24 TRTs e as 1.370 Varas do Trabalho instaladas em todo o País. Correio eletrônico, ligações telefônicas e envio de matérias para o diário oficial serão cobrados por tarifa única e local, independentemente do número de transmissões ou de serem ou não interurbanas.

Os TRTs interessados em aumentar a velocidade de seus sítios ou em criar novos sítios devem justificar a demanda ao CSJT, e aqueles cujas alterações estiverem em conformidade com o projeto nacional serão atendidos, preservado o intuito de redução dos custos dessa expansão. Os TRTs que desejarem mais alterações poderão ainda aderir à ata de registro de preços cuja vigência foi prorrogada até 17 de março de 2009. DIAP

## Bancos se dão bem no socialismo de Chávez

César Felício

04/04/2008

O sistema financeiro foi um dos maiores beneficiados no governo de Hugo Chávez na Venezuela, entre os segmentos do setor privado. A retórica agressiva do presidente a favor de um "socialismo bolivariano" nunca chegou perto da banca: o setor permanece intocado pelo governo e dominado pelo empresariado nacional.

Em 1996, dois anos antes de Chávez ser eleito, a banca nacional privada correspondia a 50,8% dos ativos do sistema bancário; os bancos públicos abocanhavam 26,5% e os estrangeiros, 22,7%. Era uma consequência da crise bancária entre 1993 e 1994, que levou o governo a encampar diversas instituições. No ano passado, os ativos do sistema financeiro privado estavam em 61,5% do total, o dos bancos públicos caíra para 10,5%, e o dos estrangeiros saltara para 27,9% do total.

Segundo levantamento da empresa Economática, bancos venezuelanos superaram os brasileiros e os americanos em rendimento patrimonial proporcional ao longo de 2007. O Banco Venezuelano de Crédito - uma instituição financeira de pequeno porte - conseguiu um rendimento de 58,9% sobre o patrimônio, e o Banco Provincial, controlado pelo espanhol BBVA, obteve 46,2%. O Banco de

Venezuela, controlado pelo espanhol Santander, conseguiu 41,4%. É praticamente o dobro do obtido pelo Santander brasileiro (21,4%).

O levantamento precisa ser matizado pelo baixo volume de ativos dos bancos venezuelanos. O maior deles, o Banesco, propriedade da família venezuelana Escotet, tinha ativos totais de US\$ 12,9 bilhões e uma rentabilidade de 37,9% sobre o patrimônio. O maior brasileiro, o Bradesco, registrava no ano passado ativos quinze vezes maiores: US\$ 192, 6 bilhões e rentabilidade patrimonial de 29,1%.

Em números consolidados, o setor financeiro registrou um crescimento de 43,9% em 2006 e 20,6% em 2007, segundo levantamento da empresa de consultoria Datanalisis. É um rendimento superior ao obtido por setores como de transporte, construção civil ou indústria manufatureira.

Segundo economistas ligados à oposição, como Orlando Ochoa, executivo da corretora Interacciones Casa de Bolsa, a intermediação de títulos de dívida teria garantido uma rentabilidade artificial para o sistema financeiro. "É um sistema que se sustenta pelo congelamento do câmbio a 2,15 bolívares fortes desde 2005. Os títulos públicos são comprados em moeda nacional pela taxa oficial e negociados no exterior com desconto sobre o valor de face. Ainda assim, ao retornarem a Venezuela, garantem grandes lucros, pela arbitragem cambial, já que a reconversão se faz por um valor intermediário entre a taxa oficial e o que seria a do paralelo", afirma Ochoa.

Segundo ele, o mecanismo começou a funcionar com a negociação dos papéis da dívida argentina adquiridos pelo governo venezuelano, em 2003. Mas depois evoluiu para as chamadas "notas estruturadas", uma composição entre títulos de dívida venezuelanos, argentinos e equatorianos.

Deste modo, o governo cria um bom negócio na intermediação dos papéis, ao mesmo tempo em que consegue conter a liquidez interna. "Calcula-se que esta negociação tenha envolvido nos últimos cinco anos US\$ 3,6 bilhões em títulos argentinos e US\$ 8,8 bilhões em notas estruturadas", afirma.

Dados divulgados pela Associação Bancária da Venezuela (ABV), que reúne o setor patronal, vão contudo em sentido contrário para se explicar a vitalidade do ramo financeiro da economia.

Segundo o relatório da ABV, o ingresso de recursos no sistema financeiro decorrente de negociações com títulos de valores deixou de representar a maior parcela dos ativos desde 2004.

De acordo com a ABV, entre 2002 e 2003 a parcela referente à negociação com títulos subiu de 40,3% para 58,4% do total de ativos. Este percentual caiu para 47,4% no ano seguinte e 40,5% em 2005. Após um pequeno aumento para 42% em 2006, caiu bruscamente para 31,6% no ano passado.

Já a parcela referente a crédito elevou-se de 59,7% para 68,4% do total nos últimos cinco anos.

O fato de Chávez não ter interferido no sistema financeiro é objeto de comentários há muito tempo entre a oposição venezuelana e a mídia local. Em 2002, foi divulgado pelos jornais espanhóis "El Mundo" e "El País" que Chávez teria recebido financiamento para a campanha eleitoral de 1998 do BBVA, de US\$ 1, 5 milhão. Este tipo de financiamento era proibido pela lei venezuelana na época. O financiamento teria sido uma forma de o sistema financeiro se proteger contra os pendoros socialistas do novo governo, segundo acusou a oposição na Venezuela.

Chávez negou o financiamento de forma categórica e as investigações sobre o caso foram arquivadas, por falta de provas, pela Justiça venezuelana. Mas na Espanha, onde esta instituição já era alvo de uma investigação mais antiga movida pelo promotor, Baltazar Garzón, executivos do BBVA teriam admitido o suposto financiamento ilegal, segundo foi divulgado pela imprensa espanhola. VALOR ECONOMICO

Mundo: Chávez nacionaliza indústria do cimento na Venezuela. Decisão é uma resposta à atitude do setor de exportar a maioria de sua produção em detrimento do país

O presidente venezuelano, Hugo Chávez, anunciou nesta quinta-feira, 3, a nacionalização de "toda a indústria do cimento" no país. A decisão é uma resposta à suposta atitude desse setor que, segundo disse o presidente, exporta a maioria de sua produção em detrimento dos planos oficiais de habitação. "Vamos nacionalizar a indústria do cimento. Já basta, se levam o cimento (...) vamos recuperar isso, vamos fazer uma avaliação e pagaremos o que custar", declarou Chávez em declaração transmitida em cadeia nacional obrigatória de rádio e televisão durante a noite.

Chávez pediu para o vice-presidente, Ramón Carrizales, comunicar nesta sexta-feira, 4, "os senhores da indústria" do cimento da decisão oficial. O grupo mexicano Cemex é o maior fabricante

de cimento e concreto da Venezuela, onde possui três plantas com uma capacidade de produção de 4,6 milhões de toneladas de cimento ao ano, e gera empregos diretos e indiretos para cerca de 3.000 pessoas, segundo dados da empresa. Chá vez voltou a dizer nesta quinta-feira que "as grandes fábricas de cimento venezuelanas foram privatizadas pelo capitalismo" e que agora serão nacionalizadas para que sejam transformadas em empresas de produção social.

O líder se queixou reiteradamente que os planos oficiais de construção de imóveis são atrasados devido ao déficit de cimento no país, supostamente porque as empresas do setor exportam a maioria de sua produção. O déficit de imóveis na Venezuela é de 1,8 milhão de unidades, segundo dados oficiais, e o "fracasso" das políticas oficiais no setor é um dos principais argumentos da oposição para assinalar a "ineficácia" do governo "bolivariano". (Agestado)

## Secretário de Relações do Trabalho do MTE reúne-se hoje com sindicalistas em Porto Alegre

O secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Luiz Antônio de Medeiros, se encontra hoje com sindicalistas gaúchos para implementar o uso do sistema Mediador. Um software disponibilizado pelo MTE para os sindicatos transmitir virtualmente acordos e convenções coletivos para depósito, registro e arquivo. A atividade acontecerá a partir das 9h, no auditório da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do RS (SRTE/RS). Durante a reunião, o Secretário entregará 10 Certidões de Registro Sindical. O sistema virtual reduz a burocracia no processo de depósito, registro e arquivo das convenções e acordos coletivos nas Superintendências e diminui o tempo de trâmite do documento. A conferência manual de dados é realizada normalmente em 60 dias, com o Mediador é possível fazer em 48 horas. Se há irregularidades, o sistema aponta na hora. Com o Mediador elimina-se o uso do papel e a necessidade de arquivar esses documentos nas Superintendências, pois estão disponíveis no banco de dados do MTE. O Mediador funciona desde agosto de 2007, mas no Rio Grande do Sul são poucos os sindicatos até agora que fazem uso do sistema. Este ano, até março, pelo método virtual foram transmitidos 71 depósitos de acordos e convenções coletivas, desses 63 foram registrados. Pela forma manual foram 280 depósitos e 189 registros. Toda vez que um sindicato fecha um acordo ou convenção coletiva é necessário depositá-lo nas Superintendências para conferência de dados. Se não houver irregularidades o documento é registrado e entra em vigor. Com o novo sistema, os acordos e convenções coletivos ficam arquivados no banco de dados do Ministério do Trabalho e Emprego e podem ser acessados via internet por qualquer pessoa. Atualmente, 1209 entidades sindicais gaúchas constam no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais do MTE, sendo 821 de trabalhadores e 388 patronal. NEWSLETTER FELIPE VIEIRA

## Servidores do Estado criam nova frente em defesa da previdência pública

As entidades representativas dos servidores públicos do Estado se reuniram para concretizar a criação do Fórum Unificado das Entidades Representantes dos Servidores Públicos do RS em Defesa da Previdência Própria, integrado pelas entidades que compõem a Fessergs, o Fórum de Entidades (composto por Cpers, Simpe, Sindicaixa, Sindijus, Sindsepe, Ugeirm e Conlutas) e a União Gaúcha, que abrange 27 entidades representantes de servidores públicos gaúchos. O Fórum manifestou posição contrária a aposentadoria complementar (RPC-PL 393/07) proposta pelo governo, que suprime direitos dos servidores públicos estaduais, e pronunciou-se a favor da instituição e regulamentação do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Destacando ainda a importância de esclarecer a sociedade quanto ao passivo atuarial do Estado, tendo em vista a utilização de recursos da previdência pública, no passado, em investimentos de infra-estrutura para a sociedade gaúcha, bem como no custeio de gastos públicos. Durante a reunião, os representantes acertaram que o Fórum Unificado terá a missão de alertar o funcionalismo e a sociedade em geral

sobre o que chamam de “sucateamento” do serviço público. Este sucateamento, entre outros pontos levantados, fica evidenciado no descaso com o serviço e o servidor público, em especial quanto à eliminação das perspectivas de aposentadoria adequada destes. Nas próximas semanas, o Fórum Unificado pretende viabilizar um amplo debate junto ao Legislativo e à sociedade, principalmente para chamar a atenção de todos quanto a necessidade de instituição do Regime Próprio de Previdência, e quanto ao Projeto de Lei 393/07, que trata do Regime Complementar de Previdência e tramita na Assembléia Legislativa, sendo rejeitado pelos servidores. “O objetivo é afastar a precipitação da votação da matéria, a exemplo do que aconteceu na ocasião do PL 394”, ressalta Celso Malhani, coordenador da União Gaúcha que comandou a primeira reunião do Fórum Unificado. O Fórum entende como necessária a denúncia da precipitação do RPC sem que se atenda a um regramento para o RPPS. O Fórum Unificado das Entidades Representantes dos Servidores Públicos do RS em Defesa da Previdência Própria realizará nova reunião na próxima terça-feira, dia 8, na Sede Administrativa da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS).  
NEWSLETTER FELIPE VIEIRA

## Tecnologia: Estão abertas inscrições para o Simpósio Internacional sobre Nanotecnologias

De 26 a 29 de maio, a Unisinos irá receber renomados cientistas nacionais e internacionais para participar do "Simpósio Internacional Uma Sociedade Pós-Humana? Possibilidades e limites das nanotecnologias", evento promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos (IHU), em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Um dos destaques da programação é Eric Drexler, considerado por muitos o pai da nanotecnologia. Drexler é dono do primeiro PhD em nanotecnologia do mundo, título que obteve em 1991, no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). Ele irá apresentar a palestra “Os nanosistemas: Possibilidades e limites para o Planeta e a sociedade”. As inscrições para o Simpósio podem ser feitas até 25/5, pelo site do evento, pessoalmente na Unisinos ou por fax. O investimento é de R\$ 140 para profissionais e público em geral e R\$ 70 para estudantes. NEWSLETTER FELIPE VIEIRA

## Cedecondh vai solicitar cercamento de Quilombo

- > Desde a morte do policial aposentado Carlos Alberto Barbosa por
- > assaltantes armados, no galpão Quilombo Silva, na madrugada de domingo
- > (30/3), os moradores do Bairro Três Figueiras, em Porto Alegre, não dormem
- > mais em paz. Na visita da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos
- > Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh) da Câmara Municipal, na manhã desta
- > terça-feira (1º/4), o presidente da Associação de Moradores do Quilombo,
- > Lorivaldino Silva, relatou a insegurança vivida pelos moradores e implorou
- > ao presidente da Comissão, vereador Guilherme Barbosa (PT), o cercamento
- > urgente da área.
- > "Estamos com medo de ficar no pátio de nossas casas", desabafou. Segundo o
- > representante da comunidade, o espaço é vulnerável a assaltos porque
- > possui três entradas distintas e nenhum cercamento. "Diariamente passam
- > por aqui pessoas com armas na mão, assaltantes, fugitivos, e não temos
- > como proteger nossas crianças", reclamou.
- > De acordo com os residentes, por volta das 4h30min de domingo três
- > suspeitos entraram no Quilombo e anunciaram um assalto. Os bandidos
- > pediram a chave do carro do policial, que estava estacionado na frente do
- > galpão. O aposentado negou que o veículo fosse dele. Durante a discussão,

- > os criminosos deram dois tiros, acertando o braço e o peito da vítima.
- > Logo na seqüência, roubaram o Palio verde-metálico de Barbosa e fugiram. A
- > Brigada Militar localizou o carro por volta das 6h30min, no Bairro Bom
- > Jesus, batido em um poste.
- > Guilherme Barbosa (PT) anunciou aos presentes que a Cedecondh solicitará
- > ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) o
- > cercamento do terreno o mais breve possível. "Não podemos esperar que
- > novos casos como este agridam os moradores de uma comunidade que já lutou
- > tanto por sua emancipação", explicou. Além disto, será enviado à Brigada
- > Militar ofício pedindo mais aparato e suporte de segurança para a região.
- > Sobre o Quilombo
- > O Quilombo Silva, localizado no Bairro Três Figueiras, é o primeiro
- > quilombo urbano do Brasil - regularizado pelo Incra em 2007. Os familiares
- > ocupam a área há 68 anos e conquistaram, no ano passado, o Certificado de
- > Reconhecimento da Fundação Palmares. A legalização foi baseada em laudo
- > antropológico que comprovou os laços étnicos, culturais e territoriais dos
- > Silva com o local. A área possui cerca de 5 mil metros quadrados e abriga
- > cerca de 60 pessoas.